

Brasília – Fernando Bizerra Jr.



Coro de réus conta a morte do pataxó

Uma 'brincadeira' virou tragédia

No primeiro dia de julgamento, os quatro acusados da morte do índio pataxó Galdino Jesus dos Santos demonstraram ter decorado aplicadamente a linha de defesa desenhada por seus advogados. Max Rogério Alves, Antônio Novelty Vilanova, Eron Chaves de Oliveira e Tomás Oliveira de Almeida contaram a mesma história. "Era apenas para ele tomar um susto e sair correndo, mas deu tudo errado", disseram em coro. Todos choraram ao recordar a noite de 19 de abril de 1997. Todos pe-

diram perdão à família de Galdino, em quem jogaram álcool antes de atear fogo. Todos sofreram o mesmo tipo de amnésia: nenhum conseguiu lembrar quem teve a idéia de incendiar o cobertor do índio, que dormia num ponto de ônibus em Brasília. Observado por PMs armados de fuzis, que escoltaram os réus, um grupo de pataxós acompanhou em silêncio a sessão do júri. A mãe de Galdino sentiu-se mal. Colocada sob suspeição, a juíza Sandra de Santis avisou que não se afastará do caso. (Página 3)

Índios pataxós assistiram, em Brasília, ao julgamento dos assassinos de Galdino

INSTITUTO
SOCIOAMBIENTAL
Documentação

Fonte: JB (Brasil)

Data: 7/11/2001 Pg. 1 e 3

Class: Pataxó For. L. 1997

985

O espetáculo dos arrependidos

No primeiro dia do julgamento, os quatro réus reafirmaram que a intenção era apenas dar um susto no índio Galdino

Fotos Fernando Bizerra Jr.

ANA MARIA CAMPOS E
BERNARDO SCARTEZINI

BRASÍLIA – O primeiro dia de julgamento do caso Galdino foi da defesa. Um a um, os quatro réus prestaram depoimento. Max Rogério Alves, Antônio Novely Vilanova, Eron Chaves de Oliveira e Tomás Oliveira de Almeida contaram histórias muito parecidas sobre a noite em que atearam fogo ao corpo do índio Galdino Jesus dos Santos. Insistiram em dizer que o crime foi uma brincadeira com final trágico: Sem poder fazer perguntas, restou ao promotor Maurício Miranda o confronto com a juíza Sandra de Santis. Logo na abertura do julgamento, a magistrada recusou um pedido do promotor para afastar-se do caso. Horas depois, Santos reclamou de parcialidade da juíza ao resumir o processo aos jurados.

Os quatro réus estavam vestidos da mesma forma – camisa pólo e calça jeans. Também uniformizaram os depoimentos. Em lágrimas, os quatro pediram perdão à família da vítima. Lembra-ram detalhes, repetiram cada passo do itinerário naquela noite e os carros que usaram. Mas todos esqueceram o mesmo ponto. Ninguém lembra de quem foi a idéia de incendiar o cobertor com o qual Galdino se cobria.

Brincadeira – Eles argumentaram que tudo não passou de uma brincadeira que tomou proporções inesperadas. Queriam apenas ver o fogo espalhar em um cobertor – cobertor ou simples pano; do qual não restou nenhum indício depois do incêndio – que cobria as pernas de Galdino. Teriam errado na medida.

O álcool no corpo da vítima – apenas gotas segundo os quatro relatos – teria se misturado à garrafa com um litro do combustível nas mãos de Eron e causado a explosão que queimou 95% do corpo do índio pataxó. A diversão, acrescentaram, teria sido inspirada em uma *pegadinha*, daquelas comuns na televisão.

As frases ditas pelos quatro réus, diante da juíza Sandra de Santis, foram literalmente iguais. “Era apenas para ele

(Galdino) tomar um susto e sair correndo, mas deu tudo errado”, disseram, cada um por sua vez. Primeiro Max, em seguida Tomás, depois Eron, terminando em Novely. Ontem, cada um dos acusados foi mantido em uma cela separada, no porão do tribunal, sob vigilância da polícia. À noite, todos voltaram para a penitenciária da Papuda, onde estão presos.

Segurança – Sem algemas, eles chegaram com as mãos para trás, acompanhados de quatro policiais do Batalhão de Operações Especiais, armados com fuzis e protegidos com coletes à prova de balas. Max entrou de cabeça baixa, evitando cruzar olhares com seu padrasto, o advogado Walter Medeiros, um dos três defensores do quarteto. Os policiais estavam ali para protegê-los de qualquer ameaça na platéia. Sequer foi permitido fazer fotos dos réus. No auditório, índios pataxós, sob os olhares de seguranças e policiais militares, não ofereceram qualquer risco.

O julgamento começou com a juíza Sandra de Santis falando sobre si mesma. Sua condição de presidente do júri foi colocada sob suspeita pela promotoria. O afastamento do caso foi pedido, na segunda-feira, pelo promotor Maurício Miranda e pela família de Galdino. Sandra, no entanto, negou se afastar do caso.

Durante a instrução do processo, a juíza apresentou uma versão para os fatos. Acredita que o crime cometido pelos quatro réus foi lesão corporal, seguida de morte. Esta é a tese sustentada pelos três advogados de defesa, Raul Livino, Walter José de Medeiros e Heraldo Paupério. A denúncia, no entanto, é outra. No Superior Tribunal de Justiça (STJ), o entendimento foi de que Max, Novely, Tomás e Eron cometeram homicídio triplamente qualificado, ou seja, tiveram motivo torpe, não deram chance de defesa à vítima e houve premeditação. Ainda teriam corrompido um menor. Irmão de Tomás, G.J., então com 17 anos, participou do crime.

Hoje é o dia de a promotoria apresentar o caso. A sentença deve ser dada amanhã.



Os pataxós ocuparam um setor do Tribunal de Justiça, onde está sendo realizado o julgamento dos assassinos de Galdino

Saia-justa ao microfone

Juíza lamenta terem dado credencial para todos, menos para a filha dela

BRASÍLIA – A juíza Sandra de Santis não estava muito confortável na sessão de ontem. Nada a ver com a suspeição levantada pela promotoria. “Minha roupa fica levantando. Gosto de vir de calça”, reclamou da saia que usava e que subia ao sentar. Esse e outros comentários foram ouvidos no tribunal. Como a magistrada não desligava o microfone, apenas o virava para o lado, várias tiradas vazaram para a caixa de som.

“Tem credencial pra todo mundo, mas não sobrou pra minha filha”, lamentou, olhando para a platéia lotada. Quase uma da tarde. “Os jurados querem almoçar?”, perguntou. Os sete jurados preferiram continuar os trabalhos. “Então manda mais um, mais um”, pediu Sandra. Mais um réu.



A juíza Sandra deixou o microfone aberto durante a sessão

Enquanto isso, os tribunais iam tapeando o estômago. O promotor atacou biscoitos. Heraldo Paupério, um dos três advogados de defesa, pediu um pouco. A juíza fez troça: “Doutor Heraldo quer comer o biscoito do advogado?”. Mas, na verdade, doutor Heraldo gosta mesmo é de fumar. “Quem deu autorização?”, ela quis saber. O advogado riu amarelo e o fumo foi liberado. Mais tarde, talvez para fazer média, Heraldo foi até ela e ofertou-lhe balinhas de hortelã.

O mimo revelou-se muito útil. Depois dos depoimentos dos quatro réus, Sandra se entregou à leitura do processo. “Doutor Heraldo, fique comportadinho, por favor. Até meia-noite a gente acaba”, prometeu.

No Dia do Índio

Em 19 de abril de 1997, o índio pataxó Galdino Jesus dos Santos, 45, perdeu-se em Brasília, quando voltava para a pensão onde estava hospedado, de uma manifestação do Dia do Índio. Cansado, dormiu em uma calçada qualquer, próximo a um ponto de ônibus. Acordou em chamas. Acabou morto.

Cinco jovens de classe média atearam fogo ao seu corpo. O índio morreu às 2h do dia 21, com 95% do corpo queimado, segundo laudo do IML (Instituto Médico Legal).

Max Rogério Alves, Antônio Novely Cardoso de Vilanova, Tomás Oliveira de Almeida e Eron Chaves de Oliveira – então com 19 anos – e o menor G.N.A. foram presos pouco depois e confessaram o crime. Vilanova é filho do juiz federal Novelli Vilanova da Silva Reis,

que o visita semanalmente.

Em depoimento, três deles disseram ter tirado a idéia da “brincadeira” de uma *pegadinha* exibida pela TV. Todos se disseram arrependidos e alegaram que não pretendiam matar ou ferir. Contaram a mesma história, com algumas contradições. Na noite de sábado, 19 de abril, estiveram na lancho-nete Sky’s e resolveram dar uma volta. Foram a um posto de gasolina, onde compraram dois litros de álcool combustível e se dirigiram ao ponto de ônibus onde o pataxó dormia.

Negaram que G. os tivesse acompanhado. O menor, entretanto, admitiu que ajudara a jogar álcool no índio e a riscar os fósforos e que o crime havia sido premeditado.

Com Agência Folha



No estacionamento, onde fizeram ritual pelo espírito de Galdino, ou nos corredores do tribunal, os pataxós marcaram presença

FH pede cadeia

BRASÍLIA – A juíza Sandra de Santis não foi a única a opinar sobre o caso. Embora não tenha dado parecer sobre o mérito da questão, até o presidente Fernando Henrique Cardoso não resistiu a fazer um comentário e disse o que espera ver acontecer ao fim do julgamento, o que deve acontecer amanhã. Ele defendeu ontem cadeia para os quatro rapazes maiores acusados de matar o índio pataxó Galdino Jesus dos Santos em abril de 1997.

Em entrevista concedida à TV Record, Fernando Henrique disse que não poderia se intro-

meter nas decisões tomadas pela Justiça, mas considerou “inaceitável” a ação dos garotos. “O crime contra o índio Galdino é inaceitável. Eu não quero me meter na Justiça, mas acho inadmissível o que foi feito”, afirmou o presidente.

Fernando Henrique ainda demonstrou não se importar tanto com os aspectos técnicos do processo em questão, que tanto tomam tempo dos advogados e promotores. “Queimar uma pessoa, se foi doloso, se não foi doloso, isso é detalhe. Quem fez isso tem de ir para a cadeia porque não é aceitável”.

Uma reserva indígena no tribunal

BRASÍLIA – Uma espécie de reserva indígena foi criada nas quatro últimas filas de cadeiras no lado direito do Tribunal de Júri. Assentos destinados aos índios pataxó – e simpaticizantes – presentes ao julgamento mais importante na história da tribo Caramuru, município de Pau Brasil (BA).

Minervina de Jesus, 62 anos, foi o centro das atenções entre os 39 índios que enfrentaram 22 horas de estrada até a capital federal. Mãe de Galdino Jesus dos Santos, pela primeira vez, viu pessoalmente os executores do filho. Lá de trás do auditório, ouviu o primeiro réu a depor, Max Rogério

Alves, pedir perdão aos prantos. “Pode chorar. Não é pecado”, comentou a juíza Sandra de Santis. “Esse negócio de dizer que homem não chora é bobagem”.

As lágrimas de homem branco e as palavras da magistrada não convenceram a índia, que ouviu o depoimento de Max sem falar nada. Minervina, diabética, passou mal e pediu para sair da sala. No caminho, ainda foi cercada por fotógrafos, cinegrafistas e repórteres. “Perdão? Não tem perdão”, balbuciava.

Tapeação – O pataxó Luiz Titiá, 26 anos, primo de Galdino, permaneceu no tribunal. Era o primei-

ro julgamento a que assistia. Estranhou a primazia dada para a defesa nesse primeiro dia. Ouviu as versões e os pedidos de perdão dos quatro réus. “Não fiquei convencido. Acho que eles não estão falando a verdade. Estão tapeando alguma coisa”, acredita, especialmente espantado com a desculpa da alegada influência das *pegadinhas* televisivas acenada pelos rapazes.

Na véspera, Luiz Titiá estava vestido de camisa de surfista e bermudão. Para o julgamento, colocou cocar e pintou o rosto de vermelho. Maneira que usou para estampar indignação e orgulho. O visual foi seguido pela maioria

dos índios, embora um deles não tenha dispensado a pochete com escudo da Gaviões da Fiel, torcida organizada do Corinthians.

O sentimento de descrença de Titiá traduz a indignação de sua gente. Os pataxós chegaram cedo ao prédio do Tribunal. Estenderam faixas insistindo na palavra justiça. Uma delas foi presente do Sindicato dos Servidores Públicos (Sindiserv): “Justiça para Galdino”. Com tacapes, os índios fizeram um patuá no estacionamento, para proteger a alma do cacique morto. Mas a homenagem não resistiu à chuva no fim da tarde e foi ao chão.